

## Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 10-01-2024

Ata nº 1

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Diogo Alves	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

### Situação financeira em 04-01-2024

Operações Orçamentais	16 563,49€
Operações de Tesouraria	845 563,57€
Documentos	0,00€

Início da reunião:14.30 horas

**Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal.**



## I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara deu início à reunião, cumprimentou os presentes e desejou votos de um ótimo 2024.

Começou por reforçar uma informação já partilhada pelas redes sociais, relativa ao abate de árvores, nas Termas do Peso, intervenção desenvolvida em parceria com a fundação Serralves, a qual começou por uma ação de vistoria e desenho técnico. Este tipo de ações cria sempre reações, efetivamente o estudo inicial foi no sentido de a intervenção passar apenas pela poda, contudo em alguns casos tornou-se necessário o abate, atendendo à segurança pública. Também no Largo Hermenegildo Solheiro está a decorrer uma intervenção nas tílias, neste caso apenas foi necessário proceder à poda, uma poda neste caso mais criteriosa e com apoio técnico, no sentido de preservar o melhor possível as emblemáticas árvores.

Prosseguiu afirmando que o dia de ontem foi um dia importante para o concelho, pois teve lugar a inauguração da Zona Empresarial de Alvaredo – Fase 1, símbolo do trabalho realizado até à sua edificação e do trabalho de futuro que permitirá a implementação de empresas, tornando o espaço dinâmico e uma alavanca para o concelho. Deu nota, que neste momento já existem candidaturas, as quais serão sujeitas a análise e só depois feita a adjudicação dos lotes e consequente venda.

Informou ainda que foi submetido a visto do tribunal de Contas a consignação do Contrato para levar a efeito a Zona Empresarial de Nova Geração. Investimento importante quer para a Zona Industrial de Penso quer para a Zona Empresarial de Alvaredo, fundamental no que toca à captação de empresas.

Pedi a palavra o Vereador José Rodrigo, chamando à atenção para a regularização das senhas de presença nas reuniões do órgão Executivo, disse que esperava que fosse a última vez que tinha de falar deste assunto, pois o calendário de pagamento definido não foi concretizado. Garantiu que os Vereadores aceitavam qualquer plano de pagamento, contudo era essencial definir um calendário e que o mesmo fosse cumprido.

Referiu-se ainda, às ruínas na Rua Doutor Augusto César Esteves, situação que já foi apontada pelo Vereador Custódio, em reuniões anteriores, a edificação constitui perigo para a vizinhança e para a circulação na via pública. Afirmou que tinha conhecimento das queixas da vizinhança, que afirma sentir ruídos de queda. Questionou quais os mecanismos pensados para garantir a segurança.

Relativamente ao abate de árvores disse que percebia que havia justificação para o abate, atendendo aos estudos prévios realizados, contudo também não podia deixar de atender à indignação da população ao assistirem ao corte destas árvores seculares, efetivamente só se pode seguir esse caminho nos casos em que a segurança seja posta em causa. Congratulou o Município por ter feito uma publicação a esclarecer a situação e informar a população das circunstâncias que levaram à decisão de abate.

Prosseguiu lamentando que o Orçamento de Estado para 2024 não preveja a ligação à A28, efetivamente estão contempladas intervenções em vias do sul e centro do país, mas o norte está esquecido.

Solicitou a palavra o Vereador José Custódio Domingues para questionar, se uma vez que se encontrava em Melgaço a equipa de Serralves, não lhes seria possível verificar a situação do Rio do Porto.

Interveio o Vereador Diogo Alves para dar nota que o Portal do Município, no que toca aos serviços online tem apresentado dificuldades, não sendo possível o registo online deste antes do Natal. Acrescentou que também ao nível da cartografia nem sempre é possível aceder à mesma via online.

O Presidente começou por responder que as senhas da Reunião de Câmara se encontram liquidadas até junho e as da Assembleia Municipal até setembro do ano passado. No início do ano será regularizado.

No que diz respeito ao abate de árvores explicou que é um tema sempre muito delicado, já quando se procedeu ao abate das árvores da Alameda, seguido de replantação, também feriu suscetibilidades, apesar de serem notórios os riscos das árvores que lá se encontravam e de neste momento existirem árvores novas, fortes e com o acompanhamento necessário para evitar problemas de segurança. Também no caso do Parque das Termas, o Município sabe da importância das árvores no local, por diversos motivos e até porque já se trata de um cartão de visita do local, contudo não se pode arriscar a que ocorra a queda de uma árvore daquele porte, pelo que é necessário avaliar e abater havendo sinais de possível queda. As árvores de grande porte abatidas são tílias, que nem são consideradas árvores de importante interesse. As decisões de abate foram devidamente pensadas, analisadas atendendo à saúde das árvores e à segurança das pessoas. O Município está atento a outras situações que também deverão ser analisadas, como é o caso do Convento de Fiães.

Quanto à ligação à A28 o Presidente respondeu que só com alguma vontade se consegue fazer política com essa questão, pois nunca se esperou que no Orçamento de Estado de 2024 estivesse a intervenção, mas sim o projeto de intervenção, e esse sim foi acautelado no Orçamento de Estado deste ano.

Quanto à questão das dificuldades nos serviços online apontadas pelo Vereador Diogo Alves, o presidente esclareceu que o Município teve os servidores em baixa durante dois dias, fruto de uma queda de energia. Afirmou que foi difícil restabelecer a situação, mas que tinha previsões dos serviços informáticos que ainda esta semana haveria normalização.

Por último, sobre as questões de segurança adjacentes à edificação em ruínas na Rua Doutor Augusto César Esteves, é um assunto do pelouro do Vice-Presidente, pelo que solicitou que o esclarecimento fosse prestado por este.

Interveio o Vice-Presidente José Adriano Lima para esclarecer que os serviços do Município já realizaram uma vistoria técnica, na qual o relatório determina que aquela data não existia risco de queda. Existe um projeto já aprovado de intervenção no edifício do seu atual proprietário, pelo que se espera em breve serem iniciados os trabalhos.

## II - Ordem do dia

### **Administração Municipal**

1. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n. º20 de 04-10-2023.  
O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n. º20 de 04-10-2023.  
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

2. Justificação de faltas.  
Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

### **Gabinete de Projetos**

3. Presente para efeitos de aprovação a minuta de contrato Interadministrativo de Colaboração entre a CIM do Alto Minho, os respetivos Municípios e a ULSAM, que ficará anexa a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara explicou que a CIM Alto Minho conseguiu que fossem integradas no PRR intervenções nos Centros de Saúde do Distrito. Num momento inicial foi outorgado Contrato Interadministrativo para elaboração dos projetos de intervenção, neste momento o contrato é para que cada um possa candidatar a intervenção a realizar no Centro de Saúde.

O Centro de Saúde de Melgaço tinha uma previsão inicial de valor da intervenção de um ponto dois milhões, neste momento estão em causa um ponto três milhões.

Esta situação é única no país, pois os Município que vão candidatar possuem a competências na área da saúde, no caso do Distrito não foi possível por se tratarem de Unidades Locais, trata-se de uma experiência piloto.

O Vereador José Rodrigo questionou se já foi constituído o Conselho de Administração da ULSAM.

O Presidente da Câmara explicou que não tinha qualquer interferência a assinatura do contrato interadministrativo com a constituição do Conselho de Administração, pelo que o mesmo pode ser assinado antes da constituição de um novo conselho. Contudo afirmou que esperava que em breve fosse constituído o novo.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º119 de 04-01-2024 e no uso da competência prevista nas alíneas o) e r) do n. º1 do artigo 33.º da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da minuta de contrato Interadministrativo de Colaboração entre a CIM do Alto Minho, os respetivos Municípios e a ULSAM.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

4. Presente para efeitos de aprovação a proposta de apoio no domínio do consumo energético, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexo à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 147 de 05-01-2024 e no uso da competência prevista na alínea u) n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder apoio no domínio do consumo energético no valor de 50,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

5. Presente para efeitos de aprovação a proposta de apoio ao arrendamento/Crédito habitação, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexo à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 146 de 05-01-2024 e no uso da competência prevista na alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder a atribuição de apoio ao arrendamento/crédito habitação, no valor de 93,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

6. Presente para efeitos de aprovação destaque de parcela com 808 m2 do artigo matricial 411 da freguesia de Couso, que ficará anexo a esta ata. O Técnico Superior prestou a informação que ficará anexo à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 181 de 05-01-2024 e no uso do n.º 9 do artigo 6.º do RJUE, a aprovação de destaque de uma parcela com 808 m2 de área do artigo matricial 411 da freguesia de Couso.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 15.16 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Samira Paz Domingues, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal

  
Manoel Batista Calçada Pombal

